

MAL-ESTAR NO PÓS-NEOLIBERALISMO*

JAMIE PECK, NIK THEODORE E NEIL BRENNER

TRADUÇÃO DE ALEXANDRE BARBOSA DE SOUZA

E MARIA CRISTINA VIDAL BORBA

RESUMO

O início da crise financeira global em 2008 foi interpretado como um desafio fundamental à governança neoliberal. O artigo explora algumas das consequências de curto e longo prazo da crise econômica em relação aos processos da neoliberalização e propõe referências teóricas para uma compreensão adequada da natureza desse modelo político e socioeconômico e de suas manifestações e desenvolvimentos socioespaciais.

PALAVRAS-CHAVE: *pós-neoliberalismo; neoliberalização; crise econômica; desenvolvimentos socioespaciais.*

ABSTRACT

The onset of the global financial crisis has been widely interpreted as a fundamental challenge to neoliberal governance. The article explores some of the near-term and longer-run consequences of the economic crisis for processes of neoliberalization, suggesting some theoretical references for the adequate understanding of the nature of neoliberalization and its evolving sociospatial manifestations.

KEYWORDS: *postneoliberalism; neoliberalization; economic crisis; sociospatial manifestations.*

[*] Publicado originalmente em *Antipode*, vol. 41, n. 51, 2009. Os autores agradecem a Eric Sheppard, Loïc Wacquant, Kevin Ward e ao conselho de *Antipode* pelos comentários a este artigo, cuja responsabilidade permanece nossa, e a Nik Heynen pela boa vontade.

O projeto do livre mercado está nas últimas. Nunca antes se debateu a questão do papel — “culpa” talvez fosse uma expressão melhor — político, econômico e social do neoliberalismo com tanta premência, tão globalmente e de forma tão pública. A crise financeira de 2008 já causou, entre outras coisas, um repúdio explícito, por todo o espectro político, ao credo do livre mercado; a encenação de atos de contrição e *mea culpa* públicos (pontuados por acusações ocasionais) pelas elites financeiras e empresariais; uma abrupta expunção de cerca de uma década de valorização do mercado de ações e imobiliário; o colapso de economias inteiras, incluindo Islândia, Hungria e “Detroit”; um sofrimento imenso resultante de ondas sucessivas de demissões e execuções de hipotecas, poupanças perdidas e aposentadorias dizimadas; além de distúrbios nas ruas e mobilizações políticas em todo o mundo, de que não escapou nem a reunião de abril de 2009 do Grupo dos 20 (G20). Enquanto crises anteriores da era neoliberal, como o

descumprimento da dívida por países da América Latina e o colapso financeiro asiático, podem ter sido (problematicamente) “administradas” por meio de uma série de ajustes de percurso na governança, discurso e estratégia neoliberais, a crise atual ameaça, talvez fatalmente, minar a legitimidade política do neoliberalismo. Também pode — apesar de, com certeza, não ser a mesma coisa — enfim subjugar a capacidade adaptativa do neoliberalismo, seu caráter de regime mutante flexível da “regra de mercado”. A singularidade da ameaça atual não reside apenas no escopo e na escala da crise, apesar de isso já ser suficientemente alarmante; acima de tudo, ela atinge o coração do projeto — o nexos entre mercados financeiros mal regulados e o poder americano. A resposta ideológica e institucional ao que certamente parece ser uma crise prolongada estará “entre as questões políticas e sociais mais importantes de nossos tempos”¹. Embora o socialismo não tenha retornado à pauta, formas de reflexão keynesianas decorrentes da crise, políticas industriais improvisadas e até pseudonacionalizações estão em curso. Estaríamos adentrando um mundo “pós-neoliberal”?

Explorando essa questão, refletimos aqui sobre o status analítico e político do neoliberalismo, ainda que de um ponto de vista influenciado pela crise em curso. “Frequentemente invocada, mas mal definida”², a crise do neoliberalismo pode ter chegado antes mesmo que uma definição consensual do significado do termo estivesse disponível. Por outro lado, não há melhor momento, talvez, para buscar entender o significado, e as *consequências*, da neoliberalização como um projeto de transformação socioespacial. Perguntamos, aqui, se o neoliberalismo encontrou, como muitos sugeriram, seu próprio “momento de Muro de Berlim”, de colapso irreversível. Nesse contexto, é importante lembrar, apropriando-nos de uma velha piada econômica, que sete das três últimas crises do neoliberalismo foram previstas pelos analistas de orientação crítica. Momentos de crise sempre revelam muito da natureza da neoliberalização como regime adaptivo de governança socioeconômica, apesar de a experiência histórica recente sugerir que não anunciam, necessariamente, sua desintegração iminente³. Isso requer uma avaliação, no contexto da conjuntura atual, da relação mutuamente constitutiva entre a neoliberalização e a crise. Não temos nenhum interesse em exumar o neoliberalismo em si, mas refletimos criticamente sobre conversas que vêm circulando no (suposto) velório do neoliberalismo e algumas das alegações que estão sendo feitas sobre seu legado. Isso nos leva a algumas conclusões preliminares no debate emergente sobre o pós-neoliberalismo. Um tema subjacente ao artigo, tanto analítica quanto politicamente, é o desenvolvimento espacial desigual, que suzeremos ser central para compreender não apenas a forma socioespacial da hegemonia neoliberal, mas também as perspectivas e o potencial dos esforços de ir, verdadeiramente, além do neoliberalismo.

[1] Brand, U. e Sekler, N. “Postneoliberalism: catch-all word or valuable analytical and political concept?”. *Development Dialogue*, 51, pp. 5-13, 2009.

[2] Mudge, S. L. “What is neo-liberalism?”. *Socio-Economic Review*, 6 (4), pp. 703-73, 2008.

[3] Cf. Peck, J. e Tickell, A. “Searching for a new institutional fix: The after-Fordist crisis and global-local disorder”. In: Amin, A. (org.) *Post-Fordism*. Oxford: Blackwell, 1994.

Muito antes do advento da crise financeira global de 2008-2009, o neoliberalismo havia se tornado um conceito infame. Basicamente um termo utilizado por críticos, vinha circulando, ao mesmo tempo, como um lema oposicionista, um indicador do espírito de uma época e um constructo analítico. Em parte como resultado desse padrão contraditório de uso e de significado, a vida dessa palavra-chave sempre foi polêmica. E o desenvolvimento desigual do neoliberalismo, aliado à intensificação do desenvolvimento desigual graças à neoliberalização, complicou ainda mais o quadro. Ostensivamente global no alcance — em termos materiais, sociais e explicativos —, o “neoliberalismo” aparentemente se associava a um conjunto quase desconcertante de trajetórias regionais, formas contingentes e combinações híbridas. Assim, enquanto alguns viam (ou achavam que viam) as características hegemônicas da neoliberalização em toda parte, outros se concentravam, com a mesma insistência, nos limites, exceções e alternativas à regra neoliberal. Se o neoliberalismo é inescapavelmente encontrado em montagens híbridas⁴, ou em copresença parasitária com outras formações sociais⁵, alguns aparentemente estavam inclinados a enxergar o copo meio vazio (focando processos de uma neoliberalização furtiva, mas jamais completa), enquanto outros o viam meio cheio (focando a resiliência, autonomia relativa e o potencial de formas *extra*-neoliberais). A incompletude *necessária* do neoliberalismo como processo social assegurava que as questões analíticas e políticas em torno da hegemonia (ou o contrário) do projeto estavam destinadas a permanecer sem solução. A China contemporânea, por exemplo, deveria ser vista como uma fronteira-chave em um projeto neoliberal em transformação ou como um estado tão audaciosamente excepcional que torna demonstravelmente incoerentes as concepções “globais” da neoliberalização? Respostas para tal pergunta⁶ funcionam como um tipo de teste radical de Rorschach, separando aqueles propensos a prever tendências neoliberalizantes (mesmo que contingencialmente expressas) daqueles inclinados a focar os tipos de exceção que ostensivamente desmentem a regra (neoliberal).

Essas diferenças e tensões subjacentes foram agravadas pela rude predominância do neoliberalismo no discurso analítico e político. Apesar de o fenômeno da neoliberalização em si não ser novidade, sua difusão relativamente recente como uma palavra-chave crítica é fortemente explosiva. A história do neoliberalismo como projeto teórico explícito, distinto do liberalismo clássico, remonta aos anos 1920, ao passo que sua força como programa de Estado se iniciou nos anos 1970⁷. Curiosamente, porém, o termo só alcançou ampla circulação na década passada. É difícil reconstruir com precisão a passagem do neoliberalismo para o discurso público. O *New York Times* usava o

[4] Ong, A. *Neoliberalism as Exception*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

[5] Peck, J. “Geography and public policy: Constructions of neoliberalism”. *Counterpunch*, 13-15/03/2009; 28, 3, pp. 392-405, 2004.

[6] Cf. Wang, H. *China's New Order*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003; Harvey, D. “The crisis and the consolidation of class power: is this really the end of neoliberalism?”. *Counterpunch*, 13-15/03/2009; Wu, F. “China's neoliberal urban transformation”. Mimeo, School of City and Regional Planning, Cardiff University, 2009.

[7] Harvey, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005; Mirowski, P. e Plehwe, D. *The Road from Mont Pelerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009; Peck, J. “Remaking laissez-faire”. *Progress in Human Geography*, 32, 1, pp. 3-43, 2008; Turner, R. *Neo-liberal Ideology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

neologismo de forma intermitente desde 1939, e com bastante regularidade depois do domínio de Reagan, mas 44% das citações ocorreram na última década⁸. Entre os ativistas, foi o primeiro “encontro” dos zapatistas com o neoliberalismo, em 1996, que fez com que o termo circulasse por todo o mundo. No discurso acadêmico, a utilização explícita do termo é um fenômeno surpreendentemente recente: dos 2500 artigos das ciências sociais em língua inglesa que citam “neoliberalismo” como palavra-chave, 86% foram publicados depois de 1998. E qualquer olhada pelas páginas de *Antipode* nos últimos anos revela um intenso envolvimento com a política da neoliberalização. O periódico publicou 96 artigos tratando de “neoliberalismo” desde 2000, mas só publicou um na década anterior⁹.

Apartir dessa evidência, o neoliberalismo pode ser considerado uma palavra-chave da “pós-globalização” que circulou amplamente desde o fim da década de 1990 como forma de *desnaturalizar* os processos de globalização, chamando a atenção para suas construções ideológicas e políticas associadas. Ironicamente, o termo em si parece ter passado por uma forma de globalização, cujas aplicações por toda parte e afiliações promíscuas levaram John Clarke¹⁰, entre outros, a questionar se o termo haveria se degradado a um “conceito de ‘globalização’ da próxima geração”, possivelmente destinado à “aposentadoria”. Aiwa Ong¹¹ continua a encontrar utilidade nos refinados conceitos de neoliberalismo quando aplicados a estudos focados em tecnologias de celulares, apesar de ela se distanciar das formulações “N maiúsculo” do neoliberalismo, que de formas variadas afirmam ou pressupõem alguma forma hegemônica ou sistêmica¹². Gibson-Graham¹³ vai ainda mais longe, retratando a preocupação, particularmente entre os geógrafos radicais, com “estudos do isto e aquilo neoliberais” como forma politicamente contraproducente e fundamentalmente incapacitante de “teoria forte”, cuja invocação é diagnosticada como um tipo de paranoia estruturalista, inadvertidamente reproduzindo a mesmíssima ordem dominante que busca criticar. Em uma vertente similar, Barnett¹⁴ atacou os “consolos” do neoliberalismo para analistas de esquerda, abruptamente argumentando que “não existe esse negócio de neoliberalismo!”.

Então, em um caso evidente da vida imitando a arte, o colapso de Wall Street em 2008 foi amplamente interpretado, por todo o espectro político e intelectual, como um momento terminal para o neoliberalismo. O presidente francês Nicolas Sarkozy divagou em público, no início da crise, dizendo que “uma certa ideia de globalização está morrendo com o fim de um capitalismo financeiro”, apresentando uma conclusão ideológica aparentemente não ambígua: “A autorregulação, para solucionar todos os problemas, se acabou. O *laissez-faire* se acabou”¹⁵. Joseph Stiglitz, o economista-chefe do Banco Mundial tornado crítico da globalização, prontamente chegou a um julgamento semelhante:

[8] Os dados sobre artigos acadêmicos são da ISI Web of Knowledge. Os artigos do *New York Times* foram recuperados de ProQuestHistorical Newspapers e de LEXIS/NEXIS. Medidas semelhantes e historicamente consistentes para países do sul estruturalmente ajustados e/ou de publicações em língua espanhola são mais difíceis de encontrar, mas espera-se que revelem um início de certa forma anterior de preocupações críticas e populares com o neoliberalismo, da época da crise das dívidas nacionais dos anos 1980. Cf. Fourcade-Gourinchas, M. e Babb, S. “The rebirth of the liberal creed: paths to neoliberalism in four countries”. *American Journal of Sociology*, 108, 3, pp. 533-79, 2002; Nef, J. e Robles, W. “Globalization, neoliberalism, and the state of underdevelopment in the new periphery”. In: Harris, R. L. e Seid, M. J. (orgs.). *Globalization and Neoliberalism in the Developing Countries*. Leiden: Brill, 2000.

[9] Ver também Aguilar, L. L. M. e Herod, A. (orgs.). *The Dirty Work of Neoliberalism*. Oxford: Blackwell, 2006; Brenner, N. e Theodore, N. (orgs.). *Spaces of Neoliberalism*. Oxford: Blackwell, 2002; England, K. e Ward, K. (orgs.). *Neoliberalization*. Oxford: Blackwell, 2007; e Laurie, N. e Bondi, L. (orgs.). *Working the Spaces of Neoliberalism*. Oxford: Blackwell, 2005.

[10] “Living with/in and without neo-liberalism”. *Focaal*, 51, 1, pp. 135-47, 2008.

[11] “Neoliberalism as a mobile technology”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 32, 1, pp. 3-8, 2007.

[12] Cf. Hardt, M. e Negri, A. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000; Harvey, D., op. cit.

[13] Gibson-Graham, J-K. “Diverse economies: Performative practices for ‘other worlds’”. *Progress in Human Geography*, 32, 5, pp. 613-32, 2008.

[14] Barnett, C. “The consolation of ‘neoliberalism’”. *Geoforum*, 36, 1, pp. 7-12, 2005.

[15] In: Erlanger, S. “Sarkozy stresses global financial overhaul”. *New York Times*, 26/09/2008.

O mundo não tem poupado o neoliberalismo, essa miscelânea de ideias em cuja base tem a ideia fundamentalista de que os mercados se autocorrigem, alocam recursos de forma eficiente e servem devidamente aos interesses públicos. Foi esse fundamentalismo de mercado que deu origem ao *thatcherismo*, à economia da era Reagan e ao chamado “Consenso de Washington”, que privilegiou a privatização, a liberalização e os bancos centrais independentes focando obstinadamente na inflação. [...] O fundamentalismo neoliberal de mercado sempre foi uma doutrina política a serviço de certos interesses. Jamais se pautou por teorias econômicas. Tampouco, como deve estar claro agora, se pauta pela experiência histórica. Aprender essa lição pode ser a esperança sob as nuvens negras que pairam sobre a economia global¹⁶.

[16] Stiglitz, J. E. “The end of neo-liberalism?”. *Project Syndicate*, jul. 2008.

[17] Cf., especialmente, Arrighi, G. *Adam Smith in Beijing*. Londres: Verso, 2007; Brenner, R. *The Boom and the Bubble*. Londres: Verso, 2002; Duménil, G. e Lévy, D. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004; Foster, J. B. e Magdoff, H. *The Great Financial Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 2009; Tabb, W. K. “Four crises in the contemporary world system”. *Monthly Review*, out. 2008; e Wallerstein, I. “The demise of neoliberal globalization”. *MRZine*, fev. 2008.

[18] Op. cit.

[19] Cf. Wallerstein, I. “Cancun: The collapse of the neo-liberal offensive”. *Commentary*, 122. Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2003; op. cit.

[20] Foster, J. B. e Magdoff, H., op. cit.; “Capitalism’s burning house: Interview with John Bellamy Foster”, *WIN Magazine*, jan. 2009.

[21] Cf. Gowan, P. “Crisis in the heartland: Consequences of the new Wall Street system”. *New Left Review* 55, jan.-fev. 2009.

[22] “The politics of economic disaster”. *Commentary*, 251, Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2009.

Analistas radicais de orientação macro-histórica já vinham prevendo esse momento há algum tempo¹⁷. Wallerstein, no início de 2008, por exemplo, argumentava que “o equilíbrio político está mudando. A globalização neoliberal será descrita daqui a dez anos como uma mudança cíclica na história da economia mundial capitalista”¹⁸. Note-se, no entanto, que esses cálculos estão basicamente relacionados à dinâmica geoeconômica e geopolítica e não às particularidades da neoliberalização como um projeto político, um constructo ideológico ou uma matriz institucional. As premonições da crise estrutural são um tema recorrente nessa literatura, refletindo sua preocupação com as mudanças quase tectônicas nos “fundamentos” da economia. Mas há um grau apropriado de circunspeção com relação ao momento e às consequências das crises em tempo real¹⁹. Na análise de Foster e Magdoff, por exemplo, o neoliberalismo é retratado como a “principal ideologia legitimadora” do que se caracteriza como uma fase de capitalismo monopolista-financeiro, uma crise manifesta neste último representando uma crise *de facto* na primeira²⁰. Aqui as dinâmicas históricas da financialização são explicadas na linguagem de Marx, Kalecki e Keynes, enquanto o monetarismo de Friedman, Greenspan e Bernanke é denunciado como um credo, na verdade, do neoliberalismo em si²¹. Nesse aspecto, a argumentação de Stiglitz de que o neoliberalismo “jamais se pautou por teorias econômicas” é enganosa; formas particulares de teoria econômica claramente desempenharam um papel central no projeto.

Não foi apenas uma bolha de crédito, então, que estourou de forma tão espetacular em 2008. Prevendo uma depressão estruturalmente induzida e uma deflação global, Wallerstein²² continua convencido de que o mundo será um lugar bem diferente “quando sairmos do porão”, apesar de a questão de se será um mundo melhor ou pior ser, fundamentalmente, uma questão para a luta política. A interpretação de Eric Hobsbawm foi igualmente circunspecta: as condições para uma mudança transformativa parecem dadas, mas não para uma transformação

revolucionária; provavelmente, na visão dele, é uma volta a várias formas de “economia mista” induzida pela crise e pragmaticamente guiada. Convidado a falar à BBC nas primeiras semanas da crise, perguntaram ao venerável historiador se ele se sentia “livre de culpa”. Hobsbawm confessou sentir certo prazer com a desgraça alheia:

É, com certeza, a maior crise desde a década de 1930... Os últimos trinta anos [testemunharam] um tipo de ideologia teológica de livre mercado, a que todos os governos do Ocidente aderiram... [É o] fim desta era específica. Não há dúvidas quanto a isso. Falaremos mais de Keynes e menos de Friedman e Hayek... É o equivalente dramático, se assim o desejarem, da queda da União Soviética. Sabemos agora que essa era se encerrou. [Mas] não sabemos o que está por vir²³.

Apesar de os acontecimentos do final de 2008 poderem, de fato, ter representado um tipo de crise teológica para o sistema de crença neoliberal²⁴, “o que está por vir” permaneceu uma pergunta aberta para Hobsbawm. Sua leitura do terceiro trimestre de 2008 era que forças de direita poderiam estar mais bem colocadas para capitalizar os destroços da crise econômica do que as da esquerda, apesar de a ruptura com o passado neoliberal imediato certamente resultar em um momento de importância histórica, semelhante ao colapso do socialismo de Estado. Esse foi um argumento que apenas alguns dias antes Naomi Klein havia levado à Universidade de Chicago, onde afirmou que a crise financeira “deveria ser para o ‘friedmanismo’ o que a queda do Muro de Berlim foi para o autoritarismo: uma condenação da ideologia”²⁵. Sentimentos igualmente sacrílegos também foram manifestados em Viena, outro berço simbólico do projeto ideacional do neoliberalismo, onde o ex-chanceler (chefe do governo) austríaco, Alfred Gusenbauer repetiu a interpretação cada vez mais comum de que “a queda de Wall Street é para o neoliberalismo o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo”²⁶.

OLHANDO POR CIMA DO MURO

Há pelo menos três razões para ter cautela ao mobilizar metáforas sobre o Muro de Berlim no calor deste momento ostensivamente pós-neoliberal. A primeira diz respeito ao caráter e à forma do neoliberalismo em si, a ordem social para a qual os ritos funerários estão sendo lidos; a segunda está ligada ao que, ideologicamente falando, está do outro lado do muro; e a terceira cautela se refere ao muro metafórico em si, como a divisão concreta entre o neoliberalismo e seus “outros”. Vamos levantar alguns questionamentos críticos sobre a proeminência das metáforas de queda, usando-as como ponto de partida para pensar em algumas das

[23] Hobsbawm, E. “Is the intellectual opinion of capitalism changing?”. Programa Today, Rádio BBC 4, 20/10/2008.

[24] Bourdieu, P. e Wacquant, L. “NewLiberalSpeak: notes on the new planetary vulgate”. *Radical Philosophy*, 105, pp. 2-5, 2001.

[25] Klein, N. “Wall Street crisis should be for neoliberalism what the fall of Berlin Wall was for communism”. Palestra na Universidade de Chicago, 6/10/2008.

[26] Gusenbauer, A. “La Strada on Wall Street”. *Project Syndicate*, out. 2008.

[27] Cf. Brand, U. e Sekler, N. "Postneoliberalism: catch-all word or valuable analytical and political concept?". *Development Dialogue*, 51, 2009; Macdonald, L. e Ruckert, A. (orgs.). *Post-neoliberalism in the Americas*. Nova York: Palgrave, 2009.

[28] Jessop, B. "Fordism and post-Fordism: A critical reformulation". In: Storper, M. e Scott, A. J. (orgs.). *Pathways to Industrialization and Regional Development*. Nova York: Routledge, 1992; Peck, J. e Tickell, A. "Searching for a new institutional fix: The after-Fordist crisis and global-local disorder". In: Amin, A. (org.). *Post-Fordism*. Oxford: Blackwell, 1994.

[29] Cf. Offe, C. *Varieties of Transition: The East European and East German Experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997; Przeworski, A. *Democracy and the Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

causas, características e consequências da crise. No espírito do debate emergente sobre o "pós-neoliberalismo" — cujas raízes residem na política latino-americana, mas que ganhou nova ênfase no rastro da crise dos países do Norte²⁷ —, nós nos aventuramos nesse território visando uma provocação construtiva, em vez de previsões incautas. Afinal, ao mesmo tempo que períodos de crise frequente e vividamente expõem as estruturas de poder, as conectividades, as tensões e as contradições subjacentes, eles também são momentos de paralisia e pânico, oportunismo e confusão, experimentação visionária e fracasso catastrófico²⁸.

Nossa primeira reserva diz respeito à relação supostamente análoga entre a crise do socialismo de Estado e a do neoliberalismo. Enquanto a primeira pode ter caído como um castelo de cartas proverbial, em um colapso quase simultâneo de todo um complexo ideológico, institucional e político²⁹, os acontecimentos recentes vêm tomando um curso bastante diverso. Pode ser que não haja, de fato, um único momento que catalise e cristalize a crise atual. Os atos de abertura da crise remontam, pelo menos, ao colapso inicial dos fundos especulativos da Bear Stearns, com base em hipotecas securitizadas, em julho de 2007. Desde então, vêm sendo caracterizados por uma série sem precedentes de auxílios, pacotes de estímulo, planos de recuperação e reuniões de cúpulas multilaterais, contra um cenário de redução de atividade macroeconômica agora global e sinais, aqui e ali, de "recuperação". Já parece que a "morte" lenta do neoliberalismo, se é a isso que estamos assistindo, está tomando proporções melodramáticas. Enquanto isso, as denúncias espetaculosas de desatinos do *laissez-faire*, por parte tanto da direita quanto da esquerda, coincidem com os esforços desesperados para reiniciar alguma versão reformada do mesmo sistema, socializando o risco financeiro (em vez do social), tentando reavivar os mercados de crédito e de demanda de consumo, reimpondo condicionalidades de dívidas sobre os países em desenvolvimento, reprimindo sentimentos "protecionistas" e conversas sobre novas prerrogativas, facilitando a disciplina do mercado de segmentos sindicalizados a fim de "salvar" o excesso de produção das indústrias, como a automobilística, e assim por diante.

Linhas brilhantes, de vários tipos, traçadas entre um passado neoliberal e várias formas de novos realismos no presente turbulento, podem, de fato, ser encontradas nas declarações públicas de gestores financeiros e líderes políticos, mas suas ações frequentemente revelam um viés bem mais forte de continuidade. E, enquanto a direita republicana dos EUA passou a fazer acusações históricas de "socialismo" a todo momento de intervenção, o governo Obama procede com o que pode ser caracterizado como "determinação pragmática". Se isso é algum tipo de "New Deal", falta-lhe tanto um nome quanto um objetivo (social) claramente definido. Greg Albo assim vê a situação:

Os esforços iniciais de ações de governos foram uma tentativa de reconstruir o regime de ações e relações políticas existentes, apesar de a recessão limitar a possibilidade de realizá-la... A desordem econômica, no entanto, produziu uma crise ideológica do neoliberalismo: a ideologia de livre mercado que passou virtualmente sem contestações em nível de poder político por quase duas décadas está agora totalmente desacreditada... O que resta do neoliberalismo, deve-se ressaltar [no entanto], é seu enraizamento político nas estruturas estatais, nos instrumentos de políticas públicas e no campo político de forças sociais³⁰.

Falar de neoliberalismo “em crise”, nem é preciso dizer, pressupõe uma compreensão do caráter dessa forma ilusoriamente dispersa, ainda que profundamente enraizada, de regra social. Um neoliberalismo singular, monolítico e unificado poderia, de fato, tender a uma crise igualmente “total”. Mas se, como já argumentamos³¹, uma concepção dinâmica de neoliberalização deve ter precedência sobre noções estáticas de neoliberalismo — definindo um padrão prevalente de reestruturação regulatória, regida por uma família de processos abertos e associados a formas e resultados polimórficos — crises e contradições sempre acabarão por impingir redes regulatórias, campos setoriais, e formações locais sobre espaços sociais específicos, em vez de necessariamente reverberar através do complexo desigualmente desenvolvido como um todo. Além disso, as comprovadas capacidades de deslocamento do neoliberalismo (para baixo e para fora) e reprogramação (para o futuro) dos riscos e tendências de crise significam que as paisagens regulatórias são especialmente dinâmicas. Nessa concepção, o “neoliberalismo” não existe como uma estrutura unificada e estática, como um sistema de equilíbrio ou como uma condição final; conseqüentemente, é menos propenso a fracassar em um momento totalizante de colapso. Nesse sentido, a analogia histórica entre o regime institucionalmente centralizado e monológico do socialismo de Estado parece particularmente inapta.

Voltando à nossa segunda reserva quanto à metáfora do Muro de Berlim, é preciso considerar de forma clara a relação entre a formação social em crise e as alternativas realmente existentes posicionadas, por assim dizer, do outro lado do muro. Na ocasião da queda do socialismo de Estado, a presença dominante do outro lado do muro não era exatamente benigna; era uma pressão agressivamente expansiva do capitalismo de livre mercado, desproporcionalmente moldada pelo “modelo” anglo-americano, uma vez que as formas japonesa e alemã mais “coordenadas” de capitalismo começavam a titubear³². Em questão de meses, os países do antigo bloco soviético foram invadidos não apenas por uma nova leva de empreendedores pós-socialistas, mas também por um pequeno exército de conse-

[30] Albo, G. “The crisis of neoliberalism and the impasse of the union movement”. *Development Dialogue*, 51, pp. 119-131, 2009.

[31] Cf. Brenner, N. e Theodore, N. “Cities and the geographies of ‘actually existing neoliberalism’”. *Antipode*, 33, 3, pp. 349-79, 2002; Peck, J. e Tickell, A. “Neoliberalizing space”. *Antipode*, 34, 3, pp. 380-404, 2002. Para o aprofundamento dessas discussões, ver Brenner, N. *New state spaces*. Oxford: Oxford University Press, 2004; Brenner, N., Peck, J. e Theodore, N. “Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways”. *Global Networks*, 10, 2, pp. 1-41, 2010; Peck, J. “Geography and public policy: Constructions of neoliberalism”. *Progress in Human Geography*, 28, 3, pp. 392-405, 2004; Peck, J., Theodore, N. e Brenner, N. “Neoliberal urbanism: Models, moments, mutations”. *SAIS Review*, 29, 1, pp. 49-66, 2009.

[32] Albert, M. *Capitalisme contre capitalisme*. Paris: Seuil, 1991; Peck, J. e Theodore, N. “Variegated capitalism”. *Progress in Human Geography*, 31, 6, pp. 731-72, 2007.

[33] Cf. Gowan, P. “Neo-liberal theory and practice for Eastern Europe”. *New Left Review*, 216, pp. 3-60, 1996; Toporowski, J. *Theories of Financial Disturbance*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

lheiros de políticas, engenheiros de macroeconomia, consultores de gestão e terapeutas de choque, trabalhando em conjunto com os quadros das elites recém-alçadas ao poder para impelir uma “transição” irreversível para o capitalismo³³. A instalação do que alguns poderiam caracterizar como “capitalismo de designer” [*designer capitalism*] nunca se deu em uma *tabula rasa*, é claro, mas aconteceu, sim, no contexto de uma deslegitimação radical da velha ordem e do desbaratamento de grandes blocos da elite dominante. Enquanto essa ruptura fatal da ordem social preexistente efetivamente criava um vácuo ideológico, o modo pelo qual esse vácuo foi preenchido foi moldado pelo equilíbrio do poder geopolítico do mundo capitalista “externo”, pela promoção estratégica de desenhos institucionais e ideológicos específicos, especialmente os endossados pelos bancos multilaterais, pelas poderosas nações doadoras e suas várias comunidades epistêmicas; e, particularmente, por um “imaginário de transição” generativo, cujas coordenadas foram estabelecidas por visões idealizadas do passado e do Ocidente.

O mercado da Europa Oriental para ideias políticas, de repente aberto em 1989, foi rapidamente tomado pelo produto anglo-americano com marca liberal. Essa política equivalente à “fast-food” ergueu barreiras para novos ingressantes e estabeleceu um monopólio virtual de aconselhamento na maioria dos estados-alvo da região. Enquanto alguns críticos a veem como tendo tanta ligação com o liberalismo da Europa Ocidental quanto um Big Mac com “boeuf bourguignon”, compensou qualquer deficiência com excelente propaganda e agressiva habilidade de venda³⁴.

[34] Gowan, P. “Neo-liberal theory and practice for Eastern Europe”. *New Left Review*, 216, pp. 3-60, 1996.

Se a transição política do início da década de 1990 se adaptou a uma visão parcialmente autorrealizável de uma teleologia de livre mercado, levada a um ponto final utópico, inatingível e ao mesmo tempo socialmente galvanizante, os contrastes radicais com o presente turbulento se tornam imediatamente aparentes. A arrogância econômica ortodoxa com certeza foi ameaçada, enquanto os “sábios” políticos se viram tomados por novas incertezas. Longe de levar adiante — a um ponto final utópico —, a sociedade de mercado autorregulada, aos gestores da crise atual falta qualquer tipo de imaginário ou narrativa a respeito de um ponto de chegada, além da apologia ao restabelecimento do crescimento... a qualquer custo. Há, de fato, um senso visceral da “origem” socioespacial da crise — o colapso dos mercados de crédito dos EUA e de sua representação geográfica na forma de “Wall Street” —, mas há dissenso, beirando a paralisia, em torno da questão do destino, e mesmo da direção, dos esforços de reforma/ transformação. Os gestores da crise parecem estar, efetivamente, em voo cego, e por vezes até assumindo isso.

Por certo há pouco sinal hoje daqueles imaginários de transição que foram uma força tão poderosa no período da reconstrução pós-socialista. O objetivo dominante dos esforços de gestão da crise atual parece ser, primeiramente, estabilizar os mercados de crédito como um meio e, em segundo lugar, restaurar a acumulação ordeira e o crescimento econômico. (Ironicamente, a “complexidade” dessa tarefa parece ser tamanha que só pode ser conduzida com segurança pela mesma elite de tecnocratas financeiros e bandidos que, para começo de conversa, causaram a crise.) Retórica política à parte, quanto de ruptura com a prática neoliberal isso envolve? No discurso público, parece haver um consenso incipiente de que o caminho para sair da crise envolverá “mais regulação” e talvez um papel mais “ativo” do Estado, mas há poucas visões bem articuladas da forma (alternativa) que tal solução regulatória assumiria. Nenhum desses movimentos de oposição, é claro, precisa, necessariamente, nos levar “além” do neoliberalismo, que não passou de uma política de crescimento e que nunca renegou a intervenção do Estado. As avaliações dominantes sugerem que se exige, para usar uma metáfora oportuna do mercado de ações, uma correção — uma correção na regulação (financeira) — para promover reparos básicos ao regime de capitalismo financializado.

Paralelos históricos mais reveladores podem ser encontrados, não na política pós-socialista do início da década de 1990, mas no projeto de terceira via que tomou forma mais tarde nessa mesma década, baseado em um caminho vagamente definido *em oposição* a alternativas rejeitadas, em vez de em favor de uma destinação claramente articulada³⁵. Até agora, a *Realpolitik* do pós-neoliberalismo parece mais uma “quarta via” orientada pela crise, uma forma mais severa de acomodações revisionistas e triangulações centristas concebidas por pessoas como Blair, Clinton e Schröder durante a década de 1990. Se a alguns isso parece vazio, talvez seja porque há um vácuo social-regulatório mais profundo do lado de fora e além desse espaço reformista — com *alternativas* ao neoliberalismo poderosamente articuladas e genuinamente progressistas. À luz desses silêncios, estaria em gestação uma nova reconstrução do neoliberalismo, dessa vez derivada da crise atual? A ausência de um contrapeso ideológico robusto ao neoliberalismo e os esforços urgentes do Estado e forças de classe dominantes para promover algum tipo de restauração reformista justificam essa previsão. Apesar das debilidades e dos limites evidentes desses esforços, sem dúvida continuarão seu curso frenético; isto é, até que encontrem forças de compensação de magnitude equivalente. Como observou Colin Leys³⁶, no contexto do debate em torno dos últimos suspiros do thatcherismo, “para que uma ideologia seja hegemônica, não é necessário que seja amada. É meramente necessário que não tenha um rival à altura”.

[35] Cf. Giddens, A. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity, 1998; Giddens, A. *The Third Way and its Critics*. Cambridge: Polity, 2000.

[36] Leys, C., “Still a question of hegemony”. *New Left Review*, 181, pp. 119-28, 1990.

Isso nos leva à nossa terceira reserva quanto à metáfora do Muro de Berlim; ela nos traz à mente a imagem de uma barreira impermeável entre o neoliberalismo e os “outros”. A ideia de o neoliberalismo estar de certa forma à parte das outras formações sociais e projetos políticos dá uma imagem seriamente falsa do caráter do neoliberalismo e da natureza de sua ascensão. De formas que ecoam uma interpretação idealizada do mercado autorregulável, que as ideologias neoliberais subscrevem, a noção de neoliberalismo não descreveu, não descreve, nem pode descrever um sistema socioeconômico autônomo e autossustentável, dotado de uma lógica de reprodução equilibrada. (Por esse motivo, formulações típico-ideais do “Estado neoliberal” são questionáveis por princípio.) Ao contrário, a neoliberalização deveria ser concebida como um *ethos* hegemônico de reestruturação, um padrão dominante de transformação regulatória (incompleta e contraditória), e não como um sistema plenamente coerente ou uma forma de Estado tipológica. Como tal, *necessariamente* opera entre seus “outros”, em ambientes de governança múltipla, heterogênea e contraditória. Mais do que isso, o neoliberalismo existe de modo invariável em uma relação essencialmente parasitária com as formações sociais existentes com as quais tem uma relação antagônica, tais como o socialismo de Estado, a social-democracia ou o autoritarismo neoconservador. Com certeza, os projetos de neoliberalização tendem a estar associados a certa aglomeração de traços recorrentes, características tendenciais e semelhanças de família — entre as quais enumeraríamos uma orientação estrutural ao capital voltado para a exportação e financiado; profundas antipatias às coletividades sociais e à redistribuição socioespacial; e compromissos explícitos com sistemas de governança semelhantes ao mercado, modos não burocráticos de regulação, privatização e expansão corporativa —, mas estes são sempre e inescapavelmente forjados e revelados de formas específicas conforme o contexto. Há mais do que diferenças contingentes, então, entre o neoliberalismo como atributo reestruturante, definido em termos abstratos, e os programas de reforma que realmente existem encontrados, digamos, na Suécia, na África do Sul ou no Chile. E não há marco zero paradigmático³⁷.

Segue-se que a relação entre a neoliberalização e a política contenciosa ou oposicionista é qualquer coisa, menos singular, simétrica ou sequencial³⁸. Em primeiro lugar, o neoliberalismo em si é uma forma de política contenciosa, concebida e operacionalizada em uma relação antagônica a várias outras (locais), como formas específicas de Estado desenvolvimentista ou keynesiano. Além do mais, o longo histórico de lutas sociais e transformações institucionais que marcaram a ascendência desigual, consolidação e

[37] Peck, J. “Geography and public policy: Constructions of neoliberalism”. *Progress in Human Geography*, 28, 3, pp. 392-405, 2004.

[38] Leitner, H., Peck, J., e Sheppard, E. S. “Squaring up to neoliberalism”. In: Leitner, H., Peck, J. e Sheppard, E. S. (orgs.). *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*. Nova York: Guilford, 2007.

adaptação derivada da crise do neoliberalismo — incluindo as que envolviam privatização, medidas de austeridade pública e cortes em políticas de bem-estar social — não pode ser imputado inofensivamente ao passado. Moldou, e continua a moldar, a forma e a trajetória do neoliberalismo, que sempre enfrentou oposição e que jamais mostrou na prática a pureza que alegava na retórica. Os processos desiguais de neoliberalização, portanto, são um legado complexo, muito além do esquema binário monocromático de neoliberalismo versus resistência, e incluem a derrota esmagadora, a cumplicidade e a cooptação das forças progressistas. Ao longo de quase três décadas, os imperativos reestruturantes foram, eles mesmos, profundamente moldados por essa longa história de lutas regulatórias e disputas marginais e, no processo, ficaram ainda mais interligados a outras fontes de poder social e institucional. Por consequência, “o projeto” de neoliberalização só pode ser compreendido como um fenômeno politicamente (re)construído, não linear e verdadeiramente híbrido. Não há uma divisão límpida e clara entre seu “interior” e seu “exterior”; não há cortina de ferro entre o neoliberalismo e os “outros”.

Por esses motivos, não foi evasivo David Harvey afirmar, em resposta à pergunta sobre se a crise atual marca a morte do neoliberalismo, que “depende de do que se quer dizer com neoliberalismo”³⁹. Se alguém tivesse de representar o cerne estratégico do projeto com relação à mobilização de formas “financeirizadas” de acumulação assistida pelo Estado, combinada a um programa de redistribuição regressiva e repressão social, a crise atual mais se pareceria com uma transformação qualitativa do que com um evento terminal ou de reversão. O projeto intelectual do neoliberalismo pode estar praticamente morto, mas, como modo de governança resultante de crises, poderia estar entrando em sua fase de morto-vivo⁴⁰, animada por formas tecnocráticas de memória muscular, profundos insintos de autopreservação e explosões espasmódicas de violência social. Compreender as rotações e as mutações do neoliberalismo de fato existente e posicionar esses projetos dentro de campos sociais e cenários ideológicos que incluam uma série de formações híbridas, iniciativas ortogonais e contraprojetos de oposição, não precisa ser um exercício de observação imparcial ou de fatalismo analítico. Pode, sim, abrir o debate em torno das ameaças de longo a médio prazo de várias formas de ressuscitação e reconstituição neoliberal, e os campos nos quais projetos alternativos possam ser conduzidos. Com certeza, os horizontes, as modalidades e os registros de política contenciosa superarão esses cálculos⁴¹, e portanto a presente análise não passa de uma forma de explorar oportunidades e ameaças iminentes na atual conjuntura.

[39] Harvey, D., op. cit., 2009.

[40] Peck, J. “Zombie neoliberalism and the ambidextrous state”. *Theoretical Criminology*, vol. 14, n. 1, fev. 2010; Wacquant, L. “Crafting the neoliberal state: Workfare, prisonfare and social insecurity”. *Sociological Forum*, vol. 25, n. 2, jun. 2010.

[41] Hart, G. “The provocations of neoliberalism: Contesting the nation and liberation after Apartheid”. *Antipode*, 40, 4, pp. 678-705, 2008; Leitner, H., Sheppard, E. S., Sziarto, K. e Maranganti, A. “Contesting urban futures: Decentering neoliberalism”. In: Leitner, H., Peck, J. e Sheppard, E. S. (orgs.). *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*. Nova York: Guilford, 2007.

CRISE, TEORIA

[42] Mudge, S.L. “What is neo-liberalism?”. *Socio-Economic Review*, 6, 4, pp. 703-31, 2008.

[43] Peck, J. “Remaking laissez-faire”. *Progress in Human Geography*, 32, 1, pp. 3-43, 2008.

[44] Brenner, N. e Theodore, N. “Cities and the geographies of actually existing neoliberalism”. *Antipode*, 33, 3, pp. 349-79, 2002; Peck, J. e Tickell, A. “Neoliberalizing space”. *Antipode*, 34, 3, pp. 380-404, 2002.

[45] Brenner, N., Peck, J. e Theodore, N. “Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways”. *Global Networks*, 10, 2, pp. 1-41, 2010.

[46] Peck, op. cit., 2008.

“A transformação do neoliberalismo de um conjunto marginalizado de convicções intelectuais em uma força hegemônica poderosa”, escreve Mudge⁴², “começa com a crise econômica”. Mais do que isso, como um processo historicamente específico, fungível, contraditório e instável de transformação socioespacial orientado pelo mercado, a neoliberalização vem sendo repetida e cumulativamente sendo *refeita* ao longo de crises. Mesmo durante a primeira metade da vida do neoliberalismo — quando este existiu principalmente como projeto ideal, quase todo desvinculado do poder estatal —, ele era uma forma de teoria da crise⁴³. O neoliberalismo do final da década de 1940, 1950 e 1960 era um amálgama de utopismo de livre mercado e uma crítica pontual e estratégica da ordem keynesiana. Esse projeto mais tarde encontrou tração nos deslocamentos estruturais e nos fracassos macrorregulatórios dos anos 1970 — o momento de crise pelo qual o neoliberalismo longamente esperara e que lhe cabia explorar. Nesse sentido, o neoliberalismo foi concebido e nasceu como uma teoria da crise.

No rastro da ascensão de Reagan e Thatcher, conforme o neoliberalismo se transformava em uma série de projetos estatais, crises recorrentes e fracassos regulatórios continuariam a estimular o avanço furtivo e irregular da neoliberalização transnacional. As crises podem ser consideradas um “motor” primordial da transformação do neoliberalismo como projeto regulador, uma vez que crises (histórica e geograficamente, social e institucionalmente) específicas do bem-estar keynesiano e do desenvolvimentismo estabeleceram as condições e campos socioinstitucionais de ação para as primeiras rodadas de lutas regulatórias, durante a fase destrutiva do projeto, enquanto crises e contradições criadas pelo próprio neoliberalismo desde então formataram as rodadas cumulativas de construção, reconstrução e reação⁴⁴.

Os legados dessas geografias históricas (espalhafatosas, movidas a crise) do neoliberalismo continuam incisivamente presentes na atual conjuntura. Eles enfatizam a reivindicação de que o desenvolvimento desigual do neoliberalismo é contextualmente congênito em vez de simplesmente contingencial⁴⁵, que o neoliberalismo é uma crença reacionária, em um sentido mais do que simplesmente pejorativo⁴⁶. Consequentemente, programas de reestruturação neoliberais são essencialmente absorvidos não apenas pela missão (sempre incompleta) de dismantelar formas institucionais herdadas, mas também pelos desafios em aberto do gerenciamento das consequências econômicas acarretadas, o rescaldo social e as reações políticas adversas. As estratégias neoliberais são profunda e indelevelmente formatadas por diversos atos de dissolução institucional, mas esse momento destrutivo é mais do que simplesmente uma fase de “limpeza de terreno”;

é na verdade parte integrante das origens, da dinâmica e da lógica da neoliberalização. Cada um dos neoliberalismos realmente existentes traz consigo resíduos e, portanto, o passado das lutas regulatórias, que por sua vez formatam as capacidades e orientações políticas, e os caminhos futuros da reestruturação neoliberal. Perversamente, programas de reestruturação neoliberal são sustentados de muitas maneiras por repetidos fracassos regulatórios; tipicamente, eles “progridem” através de uma turbulenta dinâmica de experimentações, superações de limites e ajustes motivados por crises.

Existem consequências de longo alcance para espacialidade e a sustentabilidade do neoliberalismo, na atual conjuntura e para além dela. O neoliberalismo não possui um único centro de controle ou área central, nem pulsa a partir dele; sempre se constituiu relacionalmente em múltiplos locais e espaços de “formação conjunta”. E mais do que isso, à luz da “evolução” contraditória e movida a crise do neoliberalismo, esse processo de constituição relacional é uma constante; implicou o aprofundamento cumulativo das tendências de neoliberalização, com as trajetórias regulatórias se tornando cada vez mais interdependentes, com a intensificação do aprendizado das políticas públicas em diversas escalas, e conforme as regras do jogo do regime de competição foram elas mesmas sendo neoliberalizadas⁴⁷.

Invocar “o desenvolvimento desigual do neoliberalismo” não significa, portanto, simplesmente chamar a atenção para algum tipo de variação geográfica, *post facto*, ou para um padrão de desvio espacial de modelo dominante, hegemônico ou puro⁴⁸. É, em vez disso, um modo de caracterizar o neoliberalismo como forma de controle via mercado institucionalmente policêntrica e múltipla. Não se trata da história de um estado do neoliberalismo completamente formado, funcionando coerentemente, como se fosse um “regime” bem definido, progressivamente se expandindo e criando um espaço regulatório global. Na verdade, os processos de neoliberalização ocorrem, se articulam e interpenetram de modo desigual em diferentes lugares, territórios e escalas. O desenvolvimento desigual da neoliberalização não é portanto uma condição temporária, um produto de sua institucionalização “incompleta” ou um reflexo de uma hegemonia parcial. A neoliberalização (re)cria o desenvolvimento desigual.

O neoliberalismo é o “novo constitucionalismo”⁴⁹, e nunca foi uma ordem monocêntrica, mesmo quando suas consequências incluíam o progressivo bloqueio de certos mecanismos de controle do mercado, o aprofundamento da financeirização e da mobilidade do capital e a extensão de várias formas de comoditização. Nesse processo, formas coercitivas e competitivas de transferência de políticas⁵⁰ se interpenetraram, reconstruindo não apenas formações regulatórias “locais” mas os regimes de controle macroinstitucio-

[47] Peck, J. e Theodore, N. “Variegated capitalism”. *Progress in Human Geography*, 31, 6, pp. 731-72, 2007; Tickell, A. e Peck, J. “Making global rules: Globalization or neoliberalization?”. In: Peck, J. e Yeung, H. W.-c. (orgs.). *Remaking the Global Economy*. Londres: Sage, 2003, pp. 163-81.

[48] Brenner, N., Peck, J. e Theodore, N. “Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways”. *Global Networks*, 10, 2, pp. 1-41, 2010.

[49] Gill, S. “New constitutionalism, democratisation and global political economy”. *Pacifica Review*, 10, pp. 23-38, 1998.

[50] Cf. Simmons, B. A., Dobbin, F. e Garrett, G. “Introduction: the diffusion of liberalization”. In: Simmons, B. A., Dobbin, F. e Garrett, G. (orgs.). *The Global Diffusion of Markets and Democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 2008, pp. 1-63.

nais nos quais essas políticas estão entranhadas. O regime de competição e o de adaptação regulatória não são externamente determinados sob essas condições, mas forças subjacentes de “compulsão fraca” efetivamente canalizam estratégias de reestruturações regulatórias em caminhos amplamente neoliberais — diversamente enfatizados por pressões hierárquicas de Estados fortes e instituições multilaterais; lubrificadas por redes de especialistas, profissionais e defensores; e reproduzidos através do comportamento adaptativo de agentes sociais e instituições. No entanto, isso jamais poderia produzir uma simples convergência: o polimorfismo institucional e o fracasso regulatório endêmico, mesmo sob condições de profunda neoliberalização, continuam a ser fatos da vida.

Estabelecer a “regra do mercado” nunca foi uma questão de imposição, de cima para baixo, de um padrão regulatório único. Essa aprendizagem se dá ao longo do processo (e com as próprias falhas) dentro de uma estrutura de parâmetros de reformas e objetivos estratégicos orientados pelo mercado. Se o neoliberalismo nasceu como uma série de projetos frouxamente interconectados de reformas radicais orientadas pelo mercado, cada uma delas inserida em um setor social antitético, desde então o neoliberalismo foi absorvido pela interminável tarefa de reconstruir esses setores. No processo, os diversos projetos “locais” de transformação neoliberal se tornaram cada vez mais interpenetrados e mutuamente referentes⁵¹, sua interação cada vez mais intensiva progressivamente reconstruindo regimes de controle macroinstitucional em escalas plurinacionais e através de redes transnacionais. O neoliberalismo já não é, se é que um dia foi, uma característica “interna” de certas formações sociais ou projetos estatais; desde então ele formatou o ambiente operacional, as regras de compromisso e a própria relacionalidade dessas formações e de seus projetos. Nos termos de Jessop⁵², o neoliberalismo atingiu o status de predominância *ecológica*. Isso é o que nós descrevemos como uma mudança da neoliberalização desarticulada para a neoliberalização profunda — do desenvolvimento desigual da neoliberalização para a neoliberalização do próprio desenvolvimento regulatório desigual⁵³.

Não é preciso dizer que isso está longe de ser uma das formas preferidas do neoliberalismo para sua autocaracterização ou autojustificativa. Tanto na *doxa* quanto nos dogmas do neoliberalismo, as soluções de mercado são consideradas curas universais. Altvater⁵⁴ observou que “a ‘aniquilação do tempo pelo espaço e do espaço pelo tempo’... está inscrita no sistema de crenças neoliberal [que] não presta atenção às características específicas do tempo e da história”. Os excessos do capitalismo financeiro “desregulado” certamente representam uma das tentativas mais infelizes de realizar essa visão duramente utópica do desenvolvimento de um mercado sem raízes, o inevitável excesso

[51] Tickell, A. e Peck, J. “Making global rules: Globalization or neoliberalization?”. In: Peck, J. e Yeung, H.W.-c. (orgs.). *Remaking the Global Economy*. Londres: Sage, 2003, pp.163-81.

[52] Jessop, B. “The crisis of the national spatio-temporal fix and the ecological dominance of globalizing capitalism”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24, 2, pp.323-60, 2000.

[53] Brenner et al, op. cit., 2010.

[54] Altvater, E. “Postneoliberalism or postcapitalism? The failure of neoliberalism in the financial market crisis”. *Development Dialogue*, 51, pp. 73-86, 2009.

ambicioso que fez Altvater⁵⁵ contemplar “os últimos dias do neoliberalismo”, enquanto alertava que o pós-neoliberalismo não devia ser confundido com pós-capitalismo. A primeira condição pode ser um pré-requisito necessário para a segunda, mas na atual conjuntura histórica certamente não será o suficiente. E se o capitalismo financeiro neoliberal não é um sistema único, coerente e lógico, mas um regime contraditório e de desenvolvimento desigual, mantido unificado por um pacote retrabalhado de ideologias do mercado, reivindicações de verdades hiper-rationais, pressões competitivas e práticas institucionais, então sua transcendência talvez não assuma a forma de uma implosão, como um big bang.

ALÉM DO NEOLIBERALISMO

Se a experiência dos encontros do G20 na primavera de 2009 for levada em conta, o capitalismo financeiro neoliberal talvez saia relutantemente de cena, se é que realmente sairá. Aqui, repúdios retóricos ao fundamentalismo do mercado estranhamente coexistem com tentativas hesitantes com diversas formas de “re-regulação”. Um acordo instável parece ter sido forjado entre os administradores da crise, em torno do imperativo de retomar o crescimento, de reacender economias derrubadas e restaurar a confiança (uma palavra adequada às circunstâncias) nos mercados de crédito global. O consenso das elites é que, para deter a recessão global que se aprofunda, uma combinação de estímulos fiscais e re-regulações cuidadosas é urgentemente necessária. Há um desejo compartilhado, para usar uma das expressões favoritas do governo Obama, de apertar, de alguma forma, o botão de reiniciar. Estaremos realmente no raiar de uma era pós-liberal, na qual a tirania do mercado foi superada pela redescoberta da cooperação multilateral e da regulação supranacional? É tentador concluir que o neoliberalismo chegou a seu fim, bastante apropriadamente, graças a seu próprio choque, seco, brusco — de uma crise financeira ultradeterminada —, e que o que agora interessa é uma ordem política mais humana, pós-neoliberal, governada por credos e interesses fundamentalmente diferentes. O neoliberalismo, podemos pensar, foi poderoso o bastante para libertar o capitalismo financeiro, mas não poderoso o bastante para salvar esse sistema destrutivamente criativo de si mesmo. Talvez um reflexo de duplo movimento rumo a mercados mais regulados esteja agora em curso? Novamente, depende de como a ordem neoliberal herdada é entendida retrospectivamente. Enquanto esse projeto pode ter viajado sob nomes diferentes no livre mercado, apenas com um senso de ironia profundamente polanyiano se pode dizer que isso acarretou uma retomada do *laissez faire*; que a nova estrada para os mercados livres foi

[56] Polanyi, K. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1994.

[57] Bourdieu, P. e Wacquant, L. "NewLiberalSpeak: notes on the new planetary vulgate". *Radical Philosophy*, 105, pp. 2-5, 2001.

[58] Sennett, R. "Expand state ownership to save jobs". *Financial Times*, 11, 19/10/2008.

[59] Altwater, op. cit., 2009, p. 79.

[60] Hailu, D. "Is the Washington consensus dead?". *One Pager*, 82. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2009. Em 2008, nada menos que 224 diferentes condicionantes foram colocados para os empréstimos de bancos multilaterais para cerca de quinze países, reforçando posições políticas que não pareciam ter superado o Consenso de Washington, como reforma fiscal, liberalização financeira, privatização, liberalização do comércio e dos preços. Como por um procedimento operacional preestabelecido, as reformas mais duras foram impostas aos países mais pobres.

"[re]aberta... por um enorme aumento do intervencionismo, contínuo, centralmente organizado e controlado"⁵⁶. A versão do século XX do credo do livre mercado talvez tenha sido uma visão ideológica mobilizadora, um "discurso forte" alinhado com as grandes fontes de poder político-econômico⁵⁷, mas jamais foi um destino socioeconômico praticamente alcançável, nem foi uma descrição acurada das realidades dos governos neoliberais. A "plena" neoliberalização nunca foi alcançada porque jamais poderia ter sido. E ela jamais acarretaria um Estado "omisso", mas diversos tipos de Estados reconstruídos e reorientados, dedicados às tarefas cotidianas da criação de mercados e da reestruturação regulatória orientada pelo mercado.

Sob essa luz, é no mínimo questionável que os planos concebidos às pressas — em Ministérios da Fazenda ao redor do mundo e nos encontros dos G20 — de trazer "o Estado de volta" representem uma forma emergente de "socialismo financeiro"⁵⁸ acarretando "um passo além do mapa da mente neoliberal"⁵⁹. Outra vez, parafraseando David Harvey, depende do que se quer dizer com neoliberalismo. O tipo de *Realpolitik* neoliberal que, durante décadas, fantasiou uma coexistência com o bem-estar corporativo seletivo, com a absorção pública dos riscos privados, com intervenções periódicas para salvar os mercados financeiros e de crédito, e uma sucessão de projetos autorizados ou de autoria do Estado, pode certamente aprender a viver com uma violação ocasional do princípio de seu manual — no interesse de fazer os mercados se mexerem de novo, evidentemente. As experiências recentes de intervenções para salvar bancos e investimentos públicos em mercados de crédito não constituem uma grande ruptura com a prática neoliberal, como alguns têm reivindicado, enquanto a volta dos financiamentos de dívida — além dos condicionantes de empréstimos — ameaçam recriar as circunstâncias em que bancos multilaterais "enfriaram o Consenso de Washington goela abaixo dos países de rendas baixas e médias"⁶⁰. No entanto, a própria exposição bastante pública de algo que antes era ofuscado ou atos clandestinos de hipocrisia e incompetência podem render consequências (políticas) próprias. As sementes de uma crise de legitimação indeterminada podem de fato ter sido plantadas.

Tudo isso faz da pergunta sobre o que será necessário para escapar de fato do "mapa da mente neoliberal" uma petição de princípio. Sozinhas, as condições da crise jamais serão suficientes, não só porque as ferramentas do governo neoliberal foram forjadas exatamente nessas e para essas condições, mas porque o projeto de dominação do mercado sempre foi periodicamente rejuvenescido e reestruturado através das crises. Portanto, os desafios colocados por uma crise genuinamente global são de uma ordem qualitativamente diferente da sucessão de crises regionais (ou localizadas) que o neoliberalismo enfrenta desde os anos 1980. É evidente que a crise atual está colocando

considerável pressão sobre o próprio sistema operacional. Ao mesmo tempo, o mundo que esse sistema engendrou — de um capitalismo globalmente integrado, pesadamente privatizado, de exposição do comércio, profundamente financeirizado e socialmente segregado — está muito mais profundamente entrincheirado do que qualquer faceta particular dos governos neoliberais. Ameaças realistas de curto prazo, como as crises de superacumulação estendidas, uma tendência global à austeridade no setor público, pressões renovadas por estratégias microneoliberal, fracassos endêmicos de esforços de coordenação multilateral, uma ampla crise da dívida e uma relegitimação do centralismo neoliberal sob a administração Obama levaram Bond⁶¹, entre outros, a lançar um alerta severo contra o “destempero ilusório pós-neoliberal”. A soma de crise e fracasso de governança também podem ser insuficientes, assim, para garantir uma transição para uma variação progressista de pós-neoliberalismo.

Se uma transição hegemônica assim ocorrer, pode assumir a forma, como alguns defenderam de uma perspectiva latino-americana⁶², de um conflito de posições, em vez de um big bang. É aqui que o desenvolvimento desigual do neoliberalismo faz diferença, porque enquanto reduz a probabilidade de um colapso unificado, de uma ruptura, abre a possibilidade de uma guerra em múltiplos fronts, com combates em diferentes terrenos e através de um espectro de lutas contextualmente específicas e conjunturais. Seguindo essa lógica, e reconhecendo a natureza construída do capitalismo neoliberal⁶³, Sekler concluiu que “assim como o neoliberalismo não pode ser considerado um bloco monolítico, mas como algo (re)constituído em diferentes contextos, o pós-neoliberalismo, ou a respectiva contra-hegemonia, deve ser considerado algo ‘em construção’... [através de] muitos pós-neoliberalismos”⁶⁴. Isso levanta a perspectiva de uma forma de transcendência neoliberal baseada não apenas em oposição estratégica aos axiomas neoliberais (em relação, por exemplo, à financeirização, à desregulamentação, à flexibilização do trabalho, privatização e liberalização do comércio), mas também em uma rejeição compreensiva, segundo determinados princípios, do desenvolvimento neoliberal imaginário, baseado no universalismo do mercado, em políticas de “tamanho único”, e a integração global via comoditização. A (re) mobilização, o reconhecimento e a valorização das formas múltiplas, regionais de desenvolvimento enraizado em culturas locais, em valores e movimentos — o que pode se chamar de uma economia progressivamente variada — representariam de fato uma ruptura radical com o universalismo neoliberal⁶⁵. E assim como a América Latina foi o “laboratório para experimentos neoliberais *par excellence*”⁶⁶, talvez seja apropriado que essa região tenha se tornado o principal terreno para formas alternativas de políticas socioeconômicas⁶⁷.

[61] Bond, P. “Realistic postneoliberalism — a view from South Africa”. *Development Dialogue*, 51, pp. 193-211, 2009.

[62] Brand, U. e Sekler, N. “Struggling between autonomy and institutional transformations: social movements in Latin America and the move towards postneoliberalism”. In: Macdonald, L. e Ruckert, A. (orgs.). *Post-neoliberalism in the Americas*. Nova York: Palgrave, 2009, pp. 54-70; Sader, E. “Postneoliberalism in Latin America”. *Development Dialogue*, 51, pp. 171-79, 2009; Sekler, N. “Postneoliberalism from a counter-hegemonic perspective”. *Development Dialogue*, 51, pp. 59-71, 2009.

[63] Cf. Block, op. cit., 2000; Peck, op. cit., 2005.

[64] Op. cit., 2009, pp. 62-63.

[65] Cf. Piore, M. J. “Second thoughts: On economics, sociology, neoliberalism, Polanyi’s double movement and intellectual vacuums”. *Socio-Economic Review*, 7, 1, pp. 161-75, 2009.

[66] Sader, op. cit., 2009, p. 171.

[67] Kennedy, M. e Tilly, C. “Making sense of Latin America’s ‘third left’”. *New Politics*, 11, 4, pp. 11-16, 2008; Brand, U. e Sekler, N. “Struggling between autonomy and institutional transformations: social movements in Latin America and the move towards postneoliberalism”. In: Macdonald, L. e Ruckert, A. (orgs.). *Post-neoliberalism in the Americas*. Nova York: Palgrave, 2009, pp. 54-70.

Enquanto as experiências latino-americanas podem e devem despertar a imaginação pós-neoliberal, as lições da região são também sóbrias. Aqui, as formas audaciosas de acumulação neoliberalizada por expropriação inadvertidamente prepararam o terreno para uma ampla mobilização social e para uma política radical de resistência. E em cerca de uma década que se seguiu, os realinhamentos eleitorais na Venezuela, no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Chile e em outros países consolidaram conquistas progressistas, uma vez que um período de disputa hegemônica cedeu espaço à instabilidade hegemônica em todo o continente⁶⁸. Mover-se voluntariamente na direção de formas de governo pós-neoliberais tem sido, contudo, um desafio, até mesmo para as maiores economias da região. Os fluxos financeiros globais, os regimes comerciais e as políticas de investimento continuam sendo orientados por lógicas de curto prazo, pela competição de preços — no contexto da superacumulação global —, enquanto formas progressivas de coordenação multilateral só podem ser negociadas nas longas sombras do poder imperial ou neoimperial⁶⁹. Como observa Sader:

[68] Sader, op. cit., 2009.

[69] Drake, P. W. "The hegemony of U.S. economic doctrines in Latin America". In: Hershberg, E. e Rosen, F. (orgs.). *Latin America after Neoliberalism*. Nova York: New Press, 2006, pp. 26-48.

A desregulação propiciada pelas políticas neoliberais favoreceram a hegemonia do capital financeiro em sua modalidade especulativa. Para instaurar um modelo diferente, seria necessário introduzir novas formas de regulação econômica, que seriam muito difíceis, mesmo na atual crise, uma vez que a desregulação possui uma cabeça de ponte. Não seria possível vir de um único país, não importando sua importância, porque outros se beneficiariam do fluxo de capitais rejeitados nesse país. Ao mesmo tempo, seria difícil vir de um acordo internacional de larga escala, devido aos diferentes interesses das maiores potências e das corporações internacionais⁷⁰.

[70] Sader, op. cit., 2009, p. 176.

Ao passo que o neoliberalismo pode ter exposto os limites do capitalismo financeiro, também minou os recursos estratégicos e organizacionais necessários para sua transcendência. No entender de Sader, a raiz do problema para as forças progressistas é o que ele caracteriza como um "abismo" entre os evidentes fracassos do capitalismo neoliberalizado e os movimentos, forças e interesses potenciais pós-neoliberais. As perspectivas de curto e médio prazo para essas formas de políticas alternativas certamente serão estruturadas (e em certa medida restringidas) pelos terrenos neoliberalizados em que devem ser perseguidas. Isso não é apenas uma questão de disputa por centros de poder neoliberais (residuais), nos Ministérios da Economia, nas instituições financeiras internacionais, em bancos de pensamento, na mídia e em boa parte do setor corporativo. De forma talvez mais intratável, isso deve também acarretar uma superação da profunda reconstrução das relações transnacionais, inter-regionais e em diferentes escalas, através das várias formas de controle do mercado, que facilitam a

reprodução das lógicas neoliberalizadas de ação, as rotinas institucionais e os projetos políticos — tanto através das pressões competitivas como através dos árduos imperativos de implementação regulatória.

As consequências de longo prazo da atual crise podem de fato incluir uma intensificação dessas condições, lógicas, forças e relações hostis, como essas modalidades de domínio neoliberal que são reconstituídas quase automaticamente. Se o arco irregular da ascendência neoliberal foi caracterizado, mais ou menos sucessivamente, por um desafio indiscriminado às instáveis hegemônias keynesianas, pelo vanguardismo e pela estridência conservadores, pela acomodação centralista e pela normalização tecnocrática, talvez de fato agora se trate de entrar em uma fase pós-programática ou de um neoliberalismo “morto-vivo”, em que impulsos residuais neoliberais são sustentados não por lideranças intelectuais ou morais, ou mesmo pela força hegemônica, mas por condições macroeconômicas e macroinstitucionais subjacentes — incluindo capacidade excessiva e superacumulação em escala mundial, austeridade pública reforçada e endividamento global e busca do crescimento, e modos de governar às custas do empobrecimento dos vizinhos [*beggar-thy-neighbor*]. Nesse clima, o potencial transformador das alternativas progressistas, pós-neoliberais — com toda a urgência social, ecológica e, na verdade, econômica — pode ser restringido antecipadamente, ou mesmo neutralizado. Esse potencial continuará sendo imperativo, portanto, para impulsionar transformações radicais nas relações regulatórias inter-regionais e internacionais, as zonas limítrofes em que os neoliberalismos residuais espreitam, através de qualquer canal disponível, inclusive nos estados nacionais. Novos espaços devem ser encontrados para uma ética global da responsabilidade, mas também para formas sustentáveis de redistribuição socioespacial — anátema para o neoliberalismo — que em última instância pode apenas ser garantido *entre* lugares, por meio de uma reconstituição das relações socioespaciais⁷¹. Isso não equivale simplesmente a dizer que regionalismos progressistas só podem ser garantidos, no longo prazo, através de intervenções complementares “de cima para baixo”, mas a sugerir que a propagação efetiva dessas alternativas, enquanto pré-requisito para um pós-neoliberalismo apropriado, exigirá em suma uma mudança transformadora nas regras herdadas do jogo macroinstitucional — o último refúgio do neoliberalismo como ideologia “morta-viva”? Sem isso, o potencial progressista dos projetos pós-neoliberais continuará sendo frustrado pela mão-morta do domínio do mercado.

JAMIE PECK é professor da Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá.

NIK THEODORE é professor do Departamento de Planejamento Urbano da Universidade de Illinois, em Chicago.

NEIL BRENNER é professor de sociologia da Universidade de Nova York.

[71] Massey, D. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994; Massey, D. *World City*. Cambridge: Polity, 2007.

Recebido para publicação
em 5 de janeiro de 2012.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

92, março 2012

pp. 59-78
